

Sem previsão de acordo

Enquanto a população sofre com a redução da oferta no transporte público, governo e sindicato trocam acusações de intransigência e ninguém prevê um fim para a greve. Hoje, às 20h, na Praça do Relógio em Taguatinga, a categoria se reúne mais uma vez para discutir os rumos do movimento. O GDF, por sua vez, afirma que vai aguardar o julgamento da ilegalidade da greve no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), marcada para o próximo dia 24.

Segundo estimativas do Metrô, dos cerca de 1,2 mil concursados, 60%, ou 660 trabalhadores, aderiram ao movimento. Já nas contas do sindicato, 95% da categoria está de greve e o serviço é mantido com 30% dos servidores trabalhando em regime de escala.

Hoje, o Metrô deve divulgar um comunicado à população com informações sobre as reuniões feitas, as propostas apresentadas pelo governo aos trabalhadores e o corte do ponto dos metroviários. Segundo a assessoria do órgão, não há reuniões previstas. O diretor do Metrô, David José de Matos, garante que o Executivo fez o que pôde para evitar a greve. "Em toda negociação, alguém tem que ceder. O governo colocou suas condições e garantiu que todas as eventuais perdas seriam compensadas no acordo coletivo, em abril. Os sindicalistas simplesmente não aceitaram", lamentou.

Estranheza

Matos estranha o fato de a greve ter sido declarada em dezembro, quando os cofres do governo estão fechados e é impossível atender a qualquer cláusula financeira. Além disso, acusa o sindicato de descumprir um acordo assinado em abril passado, pelo qual, antes de greve, o Ministério Público do Trabalho seria chamado para intermediar as negociações.

Diretor de Comunicação do Sindicato dos Metroviários do DF (Sindimetrô-DFD), Anderson Pena de Oliveira, diz que o governo tem adotado postura de retaliação aos trabalhadores. "Hoje (ontem), chegou um comunicado dizendo que a jornada dos pilotos passaria de 6h para 8h. Estávamos com jornada reduzida desde outubro de 2010, sem prejuízo para a empresa e os servidores. Também anunciaram que vão cortar o ponto", reclamou. Entre as reivindicações da categoria estão o aumento do tíquete-alimentação de R\$ 770 para R\$ 880 e abono salarial de R\$ 4 mil.